



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

NOTA DE ABERTURA

António Vermelho do Corral
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AAP

Completam-se a 22 de Novembro 150 anos sobre a criação e fundação da *Associação dos Architectos Civis Portugueses*, que rapidamente entendeu chamar a si uma outra classe profissional, transformando-se na *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, facto que nos transporta ao ano de 1863 e que pretendemos comemorar com justeza de princípios e reverência devida ao seu fundador Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), cujo saber e acção se manifestaram como arquitecto, arqueólogo e fotógrafo, e, por extensão, aos demais sete consócios que se lhe juntaram para suprirem uma necessidade que sentiram existir em Portugal. Sem olvido para os seus antecessores como André de Resende e Frei Manuel do Cenáculo e seus continuadores que de tantos e tão meritosos me escuso a citá-los receando cometer o erro de involuntário lapso.

Em 1909 os architectos abandonam a associação fundando uma instituição autónoma e a associação passou a denominar-se *Real Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Após a implantação da República, em 1911 deixou cair o termo Real, passando a denominar-se apenas *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (AAP), terminologia que manteve até ao presente.

Tinha, Possidónio da Silva, como finalidade, despertar interesse e chamar a atenção para a conveni-

ência da preservação e conservação do património arquitectónico português.

Vamos, pois, dedicar estes dias a um Congresso comemorativo da fundação da Associação dos Arqueólogos Portugueses que durante século e meio constituiu um marco indelével na defesa e afirmação da Arqueologia em Portugal.

Para a sua concretização intervém um grupo de impulsionadores e agrega um conjunto de investigadores notáveis que nos honram com a sua presença, proporcionando-nos um tempo de enorme prazer intelectual e aprendizagem no vasto campo e diversas vertentes por que a Arqueologia actualmente se reparte.

Por este século e meio perpassa uma memória que é, simultaneamente, um convite à recordação e um desafio para uma reflexão permanente, uma reconstrução activa e o reconhecimento firmado, a estabelecer um elo de ligação entre as comunidades ágrafas e a contemporaneidade. Não vai longe o tempo em que se distinguia o homem primitivo do homem civilizado, caracterizados com capacidades distintas e diferenciadas. O prelogismo da mentalidade primitiva defendido por Lévi-Bruhl (1857-1939), que mais tarde, humildemente reconheceu o seu erro, contrapunha-se às pesquisas *in loco* levadas a efeito por Marcel Griaule (1898-1956), primeiro na Etiópia e depois entre os Dogon do Mali em

África, a qual, despojada de etnocentrismos, chegou à conclusão de que o mecanismo mental dos “primitivos”, dos povos sem escrita, não é distinto do homem ocidental. A diversidade de comportamentos não é explicável pela existência de mentalidades diferentes, antes por diferenças de cultura. A mente humana é criadora e inovadora perante as necessidades de sobrevivência, os condicionalismos da natureza e as exigências da vida em comum. O recolector, o caçador, o cultivador recorrem a técnicas compatíveis com os seus conhecimentos, práticas e necessidades, com mentalidades e crenças peculiares, com ritos elaborados segundo as suas concepções do mundo e da vida. Desde o espeto primitivo às altas tecnologias do mundo moderno apenas ocorreram sucessões de conhecimentos que se foram acumulando e transferindo de geração em geração. A relação causa-efeito também era apanágio do “homem primitivo”, que passou a integrar uma nova nomenclatura, a de “comunidades de tecnologia simples” em contraste com a complexidade da vida social urbana, altamente especializada. Cada época e cada cultura gozam e partilham as tecnologias de que necessitam.

O arqueólogo, no dizer de Clyde Kluckhohn (1905- ?), é verdadeiramente um antropólogo, pois, em cada utensílio de pedra, por exemplo, procura a representação de um problema humano, que algum indivíduo, condicionado pela cultura do seu grupo, resolveu. Ou seja, os materiais arqueológicos podem fornecer-nos muitas revelações acerca do ajustamento ambiental, da economia, da tecnologia, da subsistência, da indumentária, da organização social e, necessariamente, dos ritos que estejam subjacentes à sua vivência quotidiana. Para tanto, a intervenção de processos multidisciplinares recorrentes e concorrentes com outros ramos do saber que vão desde a Geologia e Biologia aos diferentes ramos da Antropologia, enquanto ciência que tem por objecto o Homem e as suas obras, ou, de uma forma mais simples mas não menos complexa, o estudo da sua cultura no tempo e no espaço. Enquanto a Arqueologia parte do objecto em busca do pensamento, a Antropologia assenta na existên-

cia de uma cultura que por imitação, enculturação, difusão, empréstimo ou aculturação se transmite e propaga. Uma e outra ciências, Arqueologia e Antropologia, se conjugam na busca do pensamento humano, embora respeitando períodos diferenciados da História e usando metodologias próprias. Em todos os tempos o Homem se dedicou à prática de ritos que, em regra, vão do nascimento à morte. E tanto se aplicam ao Homem como às instituições por si fundadas. E todos nós estamos aqui reunidos porque ligados a uma instituição e através de um *rito comemorativo*, desdobrado em rituais que se foram sucedendo ao longo do corrente ano, pretendemos manter a sua *essência*, ou seja, o interesse e a necessidade que se pretendem satisfazer com a instituição; definir uma estrutura, constituída por um aparelhamento formado pelo conjunto dos associados que reúnem numa *sede*, no caso em apreço nas ruínas do Convento do Carmo; e visando um *objecto*, isto é, os fins que a AAP define no artº. 2º. dos seus Estatutos, onde consta: “Os fins da Associação dos Arqueólogos Portugueses são promover em Portugal o desenvolvimento da investigação no âmbito da Arqueologia e da História, agrupando e incentivando as pessoas que a realizam, estabelecendo relações com as sociedades congéneres estrangeiras, mantendo um museu acessível ao público e cooperando com as entidades oficiais ou particulares que tenham a seu cargo a defesa, salvaguarda e valorização do património arqueológico e histórico”.

A estes propósitos convém acrescentar os que constam dos objectivos deste I Congresso de Arqueologia da AAP e que identifico: “a divulgação, discussão e debate científicos dos estudos e intervenções arqueológicas realizados no território actualmente português; e a partilha de contributos que resultem de trabalhos inéditos que constituam sínteses ou reflexões científicas desde a Pré-História à Contemporaneidade”, com vista a uma desapixonada reflexão sobre o futuro da Arqueologia em Portugal.

Quanto maior for a intervenção e a dádiva de cada investigador e ou docente no âmbito da temática sobre a Arqueologia maiores e mais relevantes

serão os resultados obtidos. E para que a participação, intervenção e contribuição sejam mais amplas e propiciadoras a AAP alterou recentemente o seu Regulamento Interno admitindo a existência de nova categoria de sócios: os estudantes, tanto portugueses como estrangeiros, que estejam matriculados em qualquer instituição de Ensino Superior, em cursos de Arqueologia ou áreas afins, no âmbito de Licenciatura ou Mestrado (Artºs. 2º., § 1, alínea d); e 6º.).

Oxalá outros ritos se projectem na Memória dos Tempos com intervenções de mais-valia para engrandecimento da cultura e afirmação e reforço da identidade institucional da AAP.

A importância e valorização deste Congresso releva, além do mais, de gozar do Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, de integrar uma Comissão de Honra constituída por personalidades públicas de grande prestígio e elevada craveira intelectual, uma Comissão Científica de enorme reputação e incontestável mérito, uma Comissão Executiva a todos os títulos exemplar e

que se não tem poupado a esforços para o êxito pleno do Congresso, e um Secretariado eficaz e eficiente. De salientar também que a Direcção, personalizada em José Morais Arnaud, há quase uma vintena de anos, e seus colaboradores, sem desprimor para os dirigentes anteriores, tem sido assaz diligente na preservação, salvaguarda, valorização e protecção do património sob sua responsabilidade, não se poupando a esforços para ultrapassar as consideráveis dificuldades com que se vem defrontando.

Saúdo, muito afectuosamente, todos os participantes e agradeço-lhes, penhorado, a importante colaboração e redobrado estímulo que nos trazem. Sem dúvida que sairemos daqui muito mais enriquecidos a bem da afirmação, da defesa, da salvaguarda e da divulgação da Arqueologia. Este Congresso há-de ficar indelevelmente gravado a letras de ouro nos anais da História da Associação dos Arqueólogos Portugueses em particular e na História da Arqueologia para todo o sempre.

Bem hajam, todos.



Dr. António Vermelho do Corral, Presidente da Assembleia Geral da AAP, mostrando a Medalha de Mérito Cultural, durante a Sessão de Abertura do I Congresso de Arqueologia da AAP. Foto: J. M. Arnaud.



República Portuguesa

*Presidência do Conselho de Ministros
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura*

*O Secretário de Estado da Cultura,
ao abrigo do Decreto-Lei N.º 123/84, de 13 de Abril,
atribui a Medalha de Mérito Cultural a*

Associação dos Arqueólogos Portugueses

O Secretário de Estado da Cultura

José Augusto Xavier

21 de Novembro 2013

Principais atos praticados que fundamentam a distinção

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

A Associação dos Arqueólogos Portugueses foi fundada em 22 de Novembro de 1863 por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, com o nome de *Associação dos Architectos Civis Portugueses*.

É actualmente a mais antiga associação de defesa do património em Portugal, tutelando o Museu Arqueológico do Carmo, que foi também o primeiro museu de Arte e Arqueologia do País.

Por decreto de 29 de Janeiro de 1864, a Associação viria a ser instalada nas ruínas da Igreja do antigo Convento do Carmo, onde Possidónio da Silva projectou o *Museu Archeologico do Carmo* ou *Museu de Archeologia de Lisboa*, primeiro museu dedicado ao devir histórico de Portugal e aos processos evolutivos da humanidade através de peças ilustrativas.

Com o projecto do *Museu Archeologico* vieram a ser admitidos sócios de outras áreas de atividade, que não exerciam a profissão de arquiteto, mas que se interessavam pelo estudo do património arquitetónico e arqueológico. A partir de 1872, a Associação passou a ser designada de *Real Associação dos Architetctos Civis e Archeólogos Portugueses*, após a imposição do título régio que lhe foi conferido por D. Luís I.

Finalmente, em 1911, a Associação adoptaria a sua actual designação - Associação dos Arqueólogos Portugueses -, e por Portaria de 22 de Fevereiro de 1918, foi reconhecida como instituição de Utilidade Pública.

Ao longo da sua história, a Associação dos Arqueólogos Portugueses foi o ponto de encontro dos mais ilustres arqueólogos do País: ao fundador Joaquim Possidónio da Silva sucedeu como presidente, em 1896, o Conde de São Januário, Par do Reino. Carlos Ribeiro, Estácio da Veiga, Martins Sarmento, Gabriel Pereira, Leite de Vasconcelos, Alexandre Herculano ou Júlio de Castilho são nomes que marcaram o primeiro meio século de vida da Associação, que gozou de imenso prestígio entre o final da Monarquia Constitucional e o Estado Novo.

Na década de sessenta, sob a presidência de D. Fernando de Almeida, assistiu-se a uma revitalização da vida associativa, abrindo-se as suas portas às novas gerações de arqueólogos e celebrando-se uma série de *Jornadas Arqueológicas*, linha de atuação mantida pelo seu sucessor, Eduardo da Cunha Serrão.

Nas duas últimas décadas, sob a direcção atual, a Associação dos Arqueólogos Portugueses promoveu uma reformulação do espaço museológico criando o novo Museu Arqueológico do Carmo, o qual integra a Rede Portuguesa de Museus e assume um papel de destaque no panorama museológico da Cidade de Lisboa. A reformulação e as obras no Museu foram acompanhadas por um novo impulso dado à actividade associativa, com um ritmo constante de palestras, encontros, debates e congressos sobre os mais variados temas da investigação actual, a educação regular da revista *Arqueologia e História* e a promoção de ações de divulgação da Arqueologia junto do grande público.

Desde 1864 que a Associação dos Arqueólogos Portugueses assume um papel de destaque junto da sociedade civil e das entidades oficiais em relação à necessidade de salvaguardar, preservar e valorizar o património arqueológico e arquitectónico português.

As comemorações dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses contam com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, com uma Comissão de Honra na qual se dignaram participar personalidades públicas do maior prestígio, bem como com uma Comissão Científica que integra professores de Arqueologia das principais universidades portuguesas e alguns dos mais prestigiados arqueólogos portugueses.

Assim, em reconhecimento e louvor do inestimável trabalho de fomento, estudo e divulgação da arqueologia e do património arqueológico em Portugal, e por ocasião da celebração dos seus cento e cinquenta anos de existência, entende o Governo Português prestar pública homenagem à ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, concedendo-lhe a MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL.





ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt